

Para Cabral, os constituintes não sabem transigir

BRASÍLIA — O mais difícil, na Constituinte, foi fazer com que as pessoas entendessem o significado do verbo transigir. Essa avaliação é do relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), depois de dez dias e 200 horas de trabalho para negociar dispositivos, compatibilizar, suprimir, optar e finalmente redigir o primeiro anteprojeto da futura Constituição do País. Nessa maratona de reexaminar 559 artigos e 100 disposições transitórias, enxugando ao máximo os textos elaborados pelas Comissões, tudo foi visto, discutido e revisito: do sistema de Governo que o Brasil terá em 88 até a forma como devem ser escolhidos os juizes de futebol.

Nestes dez dias, aliás, foram produzidos dois anteprojetos de Constituição, mesclados em um só depois da eliminação de 1.073 palavras, frases e artigos. Mesmo anteendo as críticas, que acabaram de fato lhe sendo dirigidas, Cabral não quis contar apenas com os quatro relatores-adjuntos escolhidos dentro do PMDB. Preferiu constituir outro grupo, com oito integrantes de diversos partidos, considerado "conservador" pelos "progressistas" do PMDB. Na sexta-feira, antes de entregar o trabalho final ao Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, o Relator disse que pro-

vou a todos os que desconfiaram de sua atitude que, afinal, "tudo funcionou bem, e valeu a pena".

— Então, a sua estratégia deu resultado?

— Tanto deu, que eu vou citar um exemplo: Entre os oito auxiliares escolhidos por mim de cada Comissão, estava o Senador Virgílio Távora (PDS-CE). Ele foi acusado de ser um homem extremamente "conservador", e no entanto, foi o autor do conceito aproveitado de empresa nacional. Isso prova que minha escolha foi acertada, porque ela derivou do fato de que nós estamos escrevendo uma Constituição para o País inteiro e não para meia dúzia de pessoas ou para um só partido.

— O senhor acha que superou as arestas políticas criadas com o trabalho paralelo dos dois grupos?

— Não sei, porque em política é tudo muito dinâmico. Um dia o rio está encapelado e no outro volta ao seu leito natural.

Entre as reações enfrentadas durante o trabalho de sistematização, Bernardo Cabral não contava com a do Ministro do Exército, Leonidas Pires Gonçalves, manifestando a posição contrária das Forças Armadas à anistia ampla aos militares e à estabilidade no emprego com jornada

de 40 horas para os trabalhadores.

— Realmente não esperava, porque, para ser sincero, nunca fui procurado por nenhum dos segmentos das Forças Armadas pleiteando ou chamando a atenção para que eu observasse este ou aquele dispositivo. E também, se fosse procurado, a única resposta que teria a dar é a de que minha obrigação seria compatibilizar as matérias aprovadas.

— Mas o senhor não esconde o fato de que atuou também como negociador de pontos polêmicos.

— Realmente, todos os pontos polêmicos foram negociados, e o que é mais importante, toda a negociação se fez sem traumas, sem arroubos emocionais. Quando os dispositivos se chocavam, procuramos optar pelo menos tra-

mático para a sociedade brasileira.

— E como foi a negociação dos dispositivos para a aplicação da reforma agrária?



Bernardo Cabral: 200 horas de trabalho em 10 dias

Empresário dá mais atenção à Carta que à economia

SÃO PAULO — Os empresários estão hoje muito mais preocupados com a Constituinte, do que com a situação econômica. Nos bastidores das poderosas Federações das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), das Associações de Bancos (Febraban) e da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o principal tema é o perigo da estatização da economia, somado à redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais e à estabilidade no emprego após 90 dias de experiência.

Na semana passada, a discussão do plano do Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, caiu no esquecimento na reunião da Diretoria Executiva da Fiesp. Seu Presidente, Mário Amato, optou por analisar as dificuldades que poderão advir se a Constituinte aprovar a estabilidade no emprego e a redução da jornada de trabalho. Até a "tablita" de deflação de preços foi esquecida.

A Fiesp tem uma comissão de acompanhamento da Constituinte, coordenada por seu Primeiro Vice-Presidente, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, que acredita em mudanças no comportamento da Assembleia a partir do início dos trabalhos da Comissão de Sistematização, na qual os empresários depositam suas melhores esperanças.

Antônio Ermírio de Moraes, Superintendente do Grupo Votorantim e ex-candidato a Governador de São Paulo, por exemplo, entende que os

constituintes precisam pensar que é inútil querer estatizar, pois o País não tem recursos: "E preciso que o constituinte deixe o brasileiro viver sua vida e não queira que o Estado o tutele desde o nascimento até à morte".

Perguntado sobre as propostas da Comissão da Ordem Econômica, Antônio Ermírio afirmou que "o Senador Severo Gomes só pode ter algum complexo, porque ele é o empresário que mais tendências estatizantes demonstrou. Será que ele tem competência apenas no discurso e na direção de suas empresas não tem?".

Esse pensamento quanto ao Senador Severo Gomes (PMDB-SP) não é apenas de Antônio Ermírio, reflete posições de outros empresários e de entidades de classe, como Fiesp, CNI e Febraban, preocupados também com o projeto de estatização do Senai e do Sesi, que formam trabalhadores especializados para a indústria: "Isso não tem cabimento. Se levarmos em consideração todo o serviço prestado pelo Senai na formação de mão-de-obra", afirmou Rui Altenfelder, membro do Departamento Jurídico e do Conselho Superior Jurídico da Fiesp.

Altenfelder salientou que os projetos de ordem social da Constituinte apresentam pontos polêmicos que "nada têm a ver com a realidade brasileira".

— Essa questão de 40 horas semanais e de estabilidade no trabalho

tem posições contrárias até do Alberto Goldmann, um homem inteligente e que pertence ao Partido Comunista. O avanço na ordem social não ocorrerá com a aprovação de leis que nada têm a ver com nossa realidade. Isso vai causar um atraso. Outro ponto de conflito é o aumento da remuneração noturna em 50 por cento. Isso não existe em País algum do mundo — afirmou Altenfelder.

Essa posição foi levada, na semana passada, à reunião da Fiesp, que contou com a presença do ex-Governador de Pernambuco Roberto Magalhães, que faz parte do Conselho. Houve unanimidade no desejo de que o País tenha uma Constituição substantiva, simples e objetiva, deixando muita coisa para ser transformada em lei ordinária, como explicou Cláudio Bardella, membro do Conselho Jurídico.

— Não podemos ter uma Constituição com 500 páginas, com milhares de artigos. Isso não tem sentido. Acredito que os homens que fazem parte da Constituinte tenham bom senso na hora final de sua elaboração.

As principais entidades empresariais começaram a discutir a Constituinte há mais de um ano, sob a liderança da Fiesp, que compôs a Comissão de Acompanhamento com os industriais Carlos Eduardo Moreira Ferreira, Rui Altenfelder e Daniel Sahagoff. Essa comissão realiza reu-

niões permanentemente, analisando a posição dos 113 sindicatos filiados à Federação. A importância dessa análise foi exposta por Altenfelder:

— Não podemos apenas discutir os problemas no âmbito da CNI porque alguns sindicatos são formados por pequenas e microempresas. Têm preocupações diferenciadas em relação a outros setores.

Carlos Eduardo Moreira Ferreira e Rui Altenfelder participam ainda da assessoria parlamentar da CNI, que mantém escritório em Brasília. Além disso, os empresários procuram levar suas opiniões aos Constituintes, promovendo reuniões em São Paulo, quando insistem na necessidade de manutenção do princípio da livre iniciativa e da não ingerência do Estado.

Outro ponto de consenso na Fiesp é a adoção do voto distrital. Para discutir melhor o assunto, foi articulado, no final do ano passado, um debate com o Senador José Richa (PMDB-PR).

Rui Altenfelder diz que o estudo sobre a Constituinte levou à compreensão sobre as características de um pacto social:

— Um pacto social para o Brasil teria que levar em consideração as condições nacionais. A experiência estrangeira não caberia aqui. A esperança hoje é que a Constituinte não queira resolver todos os problemas do País e que tenha bom senso.

— Aproveitamos o texto da Comissão da Ordem Econômica e o da Comissão de Soberania nos dispositivos que não eram colidentes. Foi uma decisão política amadurecida, da qual participaram todos os Líderes políticos, inclusive o Presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães. Entendi que nessa hora existiam dois caminhos: o da decisão jurídica, do qual não me afastei em nenhum momento, e o da decisão política, para saber onde se ajustaria o programa do partido. Por isso conversamos e chegamos ao que foi adotado.

Opinando como político do PMDB e não como relator, Bernardo Cabral avaliou que o texto final, consolidado, apenas conseguiu aproximar-se, no máximo possível, do programa do partido. No entanto, não pôde avançar, especialmente na área econômica.

— E quais foram os pontos mais difíceis de negociar?

— Os relativos à reforma agrária, estabilidade no emprego, jornada de trabalho de 40 horas semanais e liberdade sindical. Tudo isso traz problemas, mas eu continuo dizendo que todos que têm a pesada incumbência de escrever uma Constituição que não seja conjuntural, e sem um código jurídico estrutural, poderão

repensar suas atitudes até novembro. Ainda há muito tempo para ceder, para repensar e conceder sem violentar a consciência.

— E como jurista, qual sua avaliação do anteprojeto?

— Devo deplorar que no texto exista muita coisa que deveria ser da lei complementar, da lei ordinária. Só depois desse anteprojeto passar pelo plenário, com as emendas que serão apresentadas, poderemos enxugar mais, oferecendo o substitutivo. Espero reduzir o texto final para 200 ou, no máximo 300 artigos.

— Esse excesso de dispositivos pode ser atribuído à insegurança gerada depois de mais de 20 anos de regime autoritário?

— É exatamente isso. Depois de tanto autoritarismo, de tanta arbitrariedade, as pessoas acham que a única forma de fazer prevalecer os seus direitos é registrando-os na Constituição, mas há muita coisa que poderia ser lei. Por exemplo, chegou às minhas mãos um artigo determinando os critérios de escolha dos juizes de futebol. Evidentemente, achei que era violentar demais a Constituição, mas só pude não aproveitar porque esse dispositivo não tinha sido aprovado pela Comissão, cabendo a mim escrever o capítulo sobre esportes.



Eduardo acha parte social irreal



Bardella quer texto mais enxuto



Altenfelder é contra as 40 horas semanais e estabilidade após 90 dias